

NOTA À IMPRENSA

PS/Açores acusa governo regional de prejudicar municípios Açorianos no acesso a fundos comunitários

A deputada do PS/A, Cristina Calisto, acusou, hoje, o governo regional de coligação do PSD/CDS-PP/PPM de ludibriar as câmaras municipais dos Açores na gestão dos fundos comunitários.

Em causa estão candidaturas apresentadas pelas autarquias com vista à realização de investimentos na área da proteção civil, mas que, de acordo com a socialista, têm vindo a ser, sucessivamente, inviabilizadas pelo governo regional através dos pareceres negativos, alegadamente vinculativos, emitidos pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Num requerimento dirigido ao governo regional entregue na Assembleia Legislativa dos Açores, o Grupo Parlamentar do PS/Açores aponta a uma contradição latente entre a Secretaria Regional do Ambiente, que tutela a Proteção Civil, e a Secretaria Regional do Planeamento, que tutela os fundos comunitários.

“Os municípios açorianos têm manifestado, junto do senhor Diretor Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, a sua veemente preocupação com facto das sucessivas recusas do Serviço Regional de Proteção Civil às candidaturas apresentadas pelos municípios comprometerem seriamente a plena execução do plafond comunitário, alegadamente, adstrito às autarquias”, explicou a parlamentar socialista acrescentando que, nesse contexto, o senhor Diretor Regional, que gere os Fundos Estruturais, afirmou “que apesar do parecer negativo do SRPCBA, tal não significaria que a candidatura não fosse aprovada”.

Para a deputada socialista eleita por São Miguel, que também é vice-presidente do PS/Açores, “estamos, assim, perante uma contradição grave no próprio governo reveladora de uma falta de articulação interna atroz e que está a prejudicar as autarquias e as pessoas”.

Cristina Calisto acusa ainda o executivo açoriano de interferir na autonomia das autarquias na gestão dos seus próprios *plafonds* comunitários, contrariamente àquilo que tinha sido acordado com os municípios.

“No âmbito da definição do quadro comunitário de apoio para o período 2021-2027, foi estabelecido um acordo entre o Governo Regional dos Açores e os Municípios açorianos que permite que estes utilizem autonomamente os *plafonds* para investimento nas áreas que considerarem necessárias, desde que sejam beneficiários dos eixos a que se candidatam”, o que, segundo o Grupo Parlamentar do PS/Açores, “não está a acontecer porque o Governo Regional está a interferir nos projetos estabelecidos pelas câmaras municipais, os quais foram comunicados previamente ao governo regional no período que antecedeu a definição dos fundos comunitários para os Açores”.

No requerimento entregue, o Grupo Parlamentar do PS questiona, por isso, se o executivo não considera que os pareceres do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores um exemplo de interferência nas opções tomadas pelos municípios e se tal não constitui uma violação do acordo estabelecido entre o governo e as câmaras municipais sobre a autonomia de gestão dos *plafonds* comunitários, colocando em causa a plena execução dos fundos disponibilizados.

Ponta Delgada, 24 de janeiro de 2025.